
NOTAS E COMENTÁRIOS

Persp. Teol. 17 (1985) 221-231

DIMENSÃO ÉTICA DA INTIMIDADE PESSOAL

Eduardo López Azpitarte S.J.

Dupla dimensão da intimidade

Vivemos hoje num mundo onde se apregoa com força o direito à intimidade. Isto é, a ter um grupo reduzido de pessoas, um lugar oculto e vedado a qualquer estranho, onde se possa atuar de maneira mais livre e espontânea. Frente ao esforço por responder às exigências do meio social, que implica muitas vezes uma certa tensão por ser preciso manter às formas e conservar relações bastante superficiais, necessitamos todos de um espaço acolhedor no qual possamos viver mais a gosto e distendidos. A chamada "família nuclear" nasce precisamente quando a sociedade se torna demasiado impessoal, anônima, mecanizada e conflitiva, para encontrar nela uma espécie de compensação à falta de humanismo e naturalidade nas atividades sociais e públicas. Quanto mais conhecida for uma pessoa por seu trabalho, fama ou profissão, mais necessitará deste oásis tranqüilo e reconfortante. Quem vier desde fora intrrometer-se e obstaculizar este clima íntimo e privado, será logo catalogado de violador.

Mas a intimidade não se reduz somente a este âmbito restrito da vida social, que se compartilha com os mais íntimos e próximos. Existe uma zona muito mais profunda e escondida, no coração do homem, que este reserva básica e fundamentalmente para si, como o maior patrimônio e riqueza de sua própria personalidade. As fronteiras deste mundo estão muito mais vigiadas. Há uma guarda constante que só permite a entrada, se alguma vez a concede, àqueles a quem se deseja abrir a própria intimidade. Ninguém tem direito de exigir este convite. E aqui, ainda mais, qualquer tentativa de buscar conhecer e penetrar sem licença prévia será julgada um gesto sacrílego e profanador.

As ameaças atuais: questões éticas

Não obstante, uma das maiores ameaças que pesam atualmente sobre o indivíduo é a invasão dessa zona íntima e pessoal. O homem é

um devorador gigantesco de segredos e intimidades. Gosta de penetrar nessas regiões desconhecidas, descobrir o lado obscuro e misterioso das pessoas, divulgar o que ninguém sabe. Em síntese, queremos a defesa da nossa intimidade e, ao mesmo tempo, desejamos intrometer-nos na dos outros.

As formas de intromissão podem ser múltiplas e mais ou menos diretas. São muitos os temas relacionados com esta problemática e que suscitam — ou deveríamos suscitar — uma série de questões éticas. A revelação de segredos conhecidos; as indagações e esforços para a busca de uma verdade; o conhecimento do amplo mundo do não-consciente por diferentes caminhos; a utilização de dados obtidos no trabalho profissional; o suposto direito à informação que justifica, para determinados meios de comunicação, o boato e o sensacionalismo; o uso de informações confidenciais ou de testes psicológicos exigidos; a consulta e confrontação com outros, nas quais entra o íntimo de outras pessoas, para obter conselho ou orientação; a convivência de que superiores e responsáveis conheçam o interior do outro para acertar numa decisão. A lista poderia multiplicar-se sem muito esforço. Todos temos casos, experiências e situações sobre as quais valeria a pena refletir com mais delongas. Não seria injusto afirmar que neste terreno, dentro da sociedade civil e eclesiástica, o respeito e a delicadeza em relação à intimidade não foram sempre os valores mais característicos e defendidos.

Não pretendo agora encaminhar uma solução ética. A valorização e análise do que significa a intimidade pessoal nos servirão de base para a sua defesa e como ponto de partida para uma resposta a todos os problemas morais que se nos possam apresentar. Embora vá fixar a atenção na intimidade de cada pessoa, muito do que dizemos se aplica também, por certa analogia, à vida íntima mais externa e social da qual falava inicialmente.

Fenomenologia da intimidade: a máscara do homem

O homem guarda sempre um mistério em seu coração, uma zona reservada ao olhar indiscreto dos outros, que constitui o núcleo mais profundo e arraigado de sua personalidade. Trata-se deste mundo interior onde habitam e se escondem os sentimentos, desejos, sonhos, pensamentos, alegrias e sofrimentos, anseios ou vergonhas, atos ou omissões... que são o que há de mais nosso e que é só nosso, porque nos fazem sentirmo-nos como sujeitos, não como um objeto qualquer. Não é difícil encontrar pessoas que guardam zelosamente seu segredo pessoal e que não chegaram a compartilhar até o momento, por um ou por outro motivo, ou inclusive que morrerão sem jamais tê-lo revelado a ninguém.

Quem não goza de semelhante interioridade, também não chega

nunca a vivenciar-se como pessoa. É curioso que o termo grego para designar pessoa seja precisamente o de *máscara*, — a caraça que utilizavam os atores para representar um papel no teatro, diferente, por certo, do que exerciam na sua vida real —. É verdade que o vocábulo nos soa hoje a mentira, hipocrisia ou dissimulação, mas sua vinculação primitiva (*Máscara* = pessoa) nos desvenda um conteúdo de extraordinária riqueza¹.

De fato, o homem normal necessita uma máscara que preserve sua intimidade — seu ser mais profundo —, para que manifeste para fora exclusivamente aquilo que ele deseja patentear e desvelar. Por ela se estabelece uma linha fronteira entre o privado e o público, o culto e o externo, já que a publicidade e abertura permanente de tudo o que somos seria psicologicamente insuportável. Todos teremos experimentado alguma vez a compaixão e pena que provoca a pessoa que confessa e desvela de imediato e a qualquer um seus problemas e sentimentos mais íntimos. Necessitamos um ritmo de abertura e fechamento que proteja nossa interioridade, para não ter a impressão de que todo o mundo pode conhecer-se em profundidade. Não é simulação ou hipocrisia, mas a necessidade de encobrir o que não deve manifestar-se e a certeza de que isso ninguém poderá arrebatá-lo. O esquizofrênico sofre pela impressão desagradável e molesta que tem de que seu interior é transparente e diáfano para todo o mundo. Falta-lhe justamente sua máscara, sua personalidade. É o medo instintivo que existe com freqüência frente ao psicólogo, porque ele poderia conhecer, sem possibilidade de o outro defender-se, o que este quereria ocultar a seu olhar.

A função do pudor: defesa do mistério pessoal

O pudor psicológico aparece assim como uma defesa de nossa intimidade. Da mesma maneira como o pudor corporal, quando não se desvia para uma reação patológica, constitui uma garantia para que o corpo não perca seu mistério, para que a sexualidade se viva em clima de respeito e delicadeza, o pudor psicológico protege o centro íntimo do olhar curioso e inoportuno, ocultando aquilo que não está feito para ser objeto de interesse, passatempo ou simples informação. É um mecanismo de defesa que salvaguarda e valoriza o recinto sagrado de nossa personalidade. Como um invólucro protetor que impede abrir o

(1) Cf., por exemplo, J. FERRATER MORA, *Persona*, em: *Diccionario de Filosofía*, Alianza Diccionarios, Madrid 1981, 3ª ed., III, 2550 e ss. Entre o pouco que se escreveu sobre o tema, recomendo a leitura de B. PETERS, *La valeur morale de l'intimité personnelle*, *Studia Moralia* 2 (1964) 191-254.

nosso interior a qualquer um e o mantém numa atmosfera de mistério respeitoso para não oferecê-lo a um intruso ou estranho².

Todos compreendemos a sensação insuportável que se produziria, se de repente nossa interioridade ficasse descoberta por completo e os outros, de fora, pudessem conhecê-la e expropriá-la. Um sentimento muito parecido ao que brotaria, se uma pessoa, também de repente se encontrasse corporalmente nua no meio de uma reunião. A vergonha teria matizes um pouco diferentes, mas em ambos os casos seria provocada pela manifestação e publicidade de algo que não deveria ter-se revelado. Como o arrependimento que nasce quando, depois de um momento de alegria e euforia, alguém reconhece ter falado mais do que o devido. Em todas estas circunstâncias parece como que destruída nossa personalidade (máscara) e o silêncio misterioso do sujeito se converte numa simples mercadoria ou curiosidade.

Aqui não se trata somente de comunicar ao outro o que ele não sabe ou desconhece. Há muitos segredos que são objetivos e impessoais, cuja revelação tampouco afeta ou compromete. O professor de psicologia ou teologia ensina a seus alunos uma série de idéias que ele possui e estes ignoram. Neste sentido desvenda conteúdos pessoais que ele elaborou com seu trabalho e reflexão. Mas sua aula teria significado muito diferente, se o mestre confiasse aos discípulos seus próprios problemas psicológicos ou as dúvidas que experimenta em torno a sua fé. Neste último caso, não transmitiria simplesmente os conhecimentos que tem, senão que confiaria seu próprio eu, manifestaria o que ele é. Ofereceria, numa palavra, a intimidade de seu coração, o mais profundo de sua pessoa. Por isso agora se pode compreender muito melhor por que qualquer tentativa de penetrar nestas zonas íntimas, sem licença ou à força, se experimenta de imediato como uma brutal violação. E mais. Quando alguém se aproxima destes limites com a intenção de ultrapassá-los por sua própria iniciativa, as portas da intimidade se fecham instintivamente. Para que o acesso seja possível, requer-se anteriormente algumas condições.

Riqueza humana da confiança: um presente a oferecer

Na linguagem normal e corrente utilizamos o adjetivo *íntimo* aplicado a certos lugares, climas, momentos, pessoas, quando eles nos inclinam a revelar nossa intimidade, ou o facilitam. Trata-se de uma atmosfera, que envolve toda a situação, na qual a pessoa se sente a gos-

(2) Vejam-se as interessantes reflexões de K. WOJTYLA, *Amor e responsabilidade*. Loyola, São Paulo 1982, 155-170. O que diz sobre o pudor sexual, pode aplicar-se também ao psicológico.

to, aceito, querido, com muita confiança e proximidade. Não há espaço para a distância ou artificialidade, pois existe um sentimento de segurança e proteção. O outro já não é um ser estranho, desconhecido, mas alguém de quem se intui que a gente se pode fiar dele. Um amigo perante o qual é possível desvelar-me, porque o sinto capaz de compreender-me, porque tenho a certeza de que vai defender-me e respeitar-me, porque aquilo que lhe digo, o guardará com uma delicadeza impressionante.

Por tudo quanto se disse, é fácil deduzir que a revelação da intimidade é o maior presente que uma pessoa pode oferecer a alguém. É uma autocomunicação que sempre constitui um privilégio. Os seres humanos só conhecemos os outros desde fora e através das aparências, — isto é, o que cada um é e quer representar com a máscara (personalidade) —, mas o conhecimento do eu mais profundo — o mais autêntico e verdadeiro — só se realiza, quando o outro permite a entrada até esta zona oculta à qual ninguém tem acesso, senão aquele que é distinguido com uma graça como esta. Ser depositário de um segredo íntimo é motivo de agradecimento por parte de quem o recebe. O confidente nos confiou o mais sagrado do seu ser. O conselho, o tempo, a ajuda que chegemos a lhe prestar não alcançará nunca o mesmo nível de sua doação. Na balança de valores seu gesto de abertura terá sempre um peso humano de maior riqueza e densidade. Frente a ele, deveríamos ser nós os agradecidos³.

Quem possui um mínimo de experiência e sensibilidade, sabe que, quando uma pessoa se comunica assim, mesmo que seja para desvelar-nos seu fundo mais negativo e vergonhoso, semelhante revelação nunca, jamais, a humilha e a rebaixa perante quem recebe suas confidências, antes sempre serve para aumentar neste a estima e o apreço. Não é fácil admitir esta conclusão — aparentemente incompreensível para um olhar estranho ou, inclusive, para a pessoa que nestas circunstâncias, com temor e sofrimento, nos desvela o lado mais sombrio e miserável de sua existência —, mas, quando se valorizou e viveu o que significa tal gesto, não cabe outra atitude diferente. A gratidão e o carinho são a única resposta possível, porque nos ofereceu o melhor de seu ser, para além de seus limites e incoerências. Todos sentimos alguma vez, ainda

(3) Não quero com isso negar a entrega e o valor que supõe a *escuta* humana. Para que o outro se sinta ouvido, requer-se muitas vezes um grande esforço para prescindir das próprias preocupações e estados de ânimo, que impossibilitariam a sensação benéfica de sentir-se próximo e acolhido. O ouvinte tem que confiar também sua pessoa, mesmo que as manifestações desta entrega não sejam as mesmas e, inclusive com frequência, não se detectem na conversa.

que em escala bem reduzida, como desaparece a agressividade, o rigorismo ou a incompreensão, quando o outro simplesmente nos desvela algumas motivações que desconhecíamos e tornavam inexplicável sua conduta exterior.

A resposta frente ao dom: respeito, delicadeza, lealdade

Seria, portanto, uma traição gigantesca utilizar este presente concedido para passá-lo aos outros, obter algum proveito ou valer-se dele para qualquer tipo de informação. Ninguém tem o direito de participar tais conhecimentos sem a prévia autorização daquele que é o seu único dono. Ninguém a quem tenha sido outorgado semelhante privilégio, poderá dispor dele para qualquer outra finalidade por melhor que seja. Guardar o segredo que uma pessoa nos confia, deveria voltar a ser considerado como uma das obrigações mais urgentes e sagradas. Creio sinceramente que é um ponto em que perdemos muito o respeito que merece a intimidade. Quando alguém chega a conhecê-la, deveria repetir a si mesmo sem trégua que nada daquilo é seu, nem lhe pertence e que nunca servirá, sem a correspondente licença do sujeito, para nenhum tipo de informação. Os que pela natureza do seu trabalho — penso, sobretudo, nos psicólogos e sacerdotes — estão mais em contato com este mundo das confidências, correm o perigo de habituar-se a penetrar nele, como quem entra em sua própria casa, esquecendo que cada nova comunicação deveria ser vivida com renovado assombro, que cada nova confidência é um gesto que não se merece e que nunca se pode exigir. Deve-se tratar o coração humano com a mesma pureza, sensibilidade e preocupação com que o médico se aproxima da mesa de operações. Em suas mãos está depositada a vida de uma pessoa.

É verdade que muitas vezes o confiar um segredo pessoal tem motivações interesseiras. Não se desvela a intimidade como sinal de afeto e carinho para sentir a alegria de um conhecimento maior, mas para obter um benefício ou certo alívio. As confidências feitas a um médico ou advogado não se teriam feito se não se julgassem úteis à defesa ou cura do cliente. Em outras ocasiões, será a urgência de comunicar um problema ou preocupação íntima, cujo peso se torna demasiado duro para ser suportado solitariamente. Precisa-se da companhia de alguém que sirva de ajuda, estímulo, orientação ou simplesmente para que se compartilhe, ao menos, o sofrimento e a angústia que se leva por dentro. Contudo esta necessidade não modifica em nada o respeito devido ao mistério pessoal. Ao contrário, diria que, justamente nestas situações, o confidente deve experimentar a nossa lealdade e reconhecimento incondicionais. Jamais se poderão aproveitar essas circunstâncias para traí-lo depois com a utilização de tais conhecimentos. Não estamos sentados

a frente a ele, mas a seu lado para que saiba que seu segredo será para sempre guardado⁴.

Assim se pode compreender que o conhecimento da intimidade seja completamente inaceitável quando se realiza pela força, pelo engano, surpresa, chantagem ou indiscrição. Semelhante conquista acarreta vergonha para aquele que a efetua por esses caminhos, porque comete um autêntico roubo, como quem se apodera de algo que não lhe pertence. Os únicos segredos que valem a pena saber são os que nascem de uma abertura livre, como sinal de confiança ou de conveniência mais ou menos necessária. Sentir-se depositários destes não será nunca título de glória, mas, evidentemente, consegui-lo de outra maneira é uma vitória degradante, como ganhar por fraude, mentira e simulação. Toda sua beleza e significado ficam definitivamente destruídos.

O desafio do segredo: a curiosidade e o medo

Por que gostamos, então, de conhecer e divulgar segredos pessoais? Por que esta ânsia de consumo de que se aproveitam para seus lucros as revistas e repórteres sem escrúpulos? O boato e a fofoca encontram aqui um campo esplêndido de conversa, do mesmo modo que o sensacionalismo de certas informações. O fato parece ainda mais estranho, porque todos os homens queremos e exigimos que nossos segredos sejam zelosamente guardados. Como explicar este aparente paradoxo ou a razão desta superficialidade e leviandade?

Em todo segredo guardado e protegido existe como que uma espécie de repto. Enquanto não conhecemos o mistério interior de uma pessoa, esta nos provoca um certo desafio. Até que não a penetremos por dentro, sentimo-nos de alguma maneira impotentes frente a um poder que nos escapa. Muitas explicações tornam-se impossíveis, pois desconhecemos os porquês mais profundos de suas reações e condutas. Sua distância e opacidade fazem sentir nossa limitação e ignorância. Desde o momento em que tais limites desaparecem, nasce a impressão de uma vitória. Conseguiu-se um tipo de domínio sobre o outro, que aparecerá diante de nós já sem defesas nem fronteiras, despido de toda máscara, para poder-nos explicar melhor o que acontece no fundo de sua pessoa. Chegou-se a obter o que ninguém ou bem poucos conseguem. Um sentimento de falso orgulho ou vanglória estaria no fundo dessa atitude. Algo parecido com a satisfação que alguém tem, quando possui os arca-

(4) Algo parecido seria aplicável quando a intimidade se desvela por reações externas incontroláveis, através do gesto, rubor, lapso... Aqui também o respeito ao mais sagrado de seu ser impõe o correspondente sigilo e delicadeza.

nos ocultos da autoridade, os segredos das assembléias e consultas desconhecidas para a massa, que possibilitam determinadas explicações que não poderão dar-se em público⁵.

O mesmo acontece com a revelação ao outro de um segredo alheio. Tal possibilidade faz com que nos sintamos um tanto privilegiados, ao saber-nos possuidores de algo que os demais ignoram e que nós podemos apresentar como um sinal de confiança, como um gesto de superioridade. Temos uma riqueza de que os outros carecem, com a vantagem supletória de que essa comunicação não representa nenhum compromisso, porque o revelado não afeta em absoluto nossa própria intimidade. Em outras palavras, revaloriza-nos perante o outro por nosso saber, serve-nos como testemunho de amizade e, por cima, deixa-nos tranqüilos ou intactos em nosso interior.

No entanto, às vezes também as pessoas fogem deste tipo de confidências. Existe como um medo instintivo de que os demais se aproximem para expor seus problemas pessoais. Preferiríamos, então, não saber nada e permanecer ignorantes. A explicação deste posicionamento não é difícil. Penetrar na consciência do outro, precisamente por tudo quanto dissemos, é algo muito mais sério que estes sentimentos superficiais de poder ou superioridade. A partir deste momento brotam obrigações que nos limitam e exigem uma mudança de atitude: Tudo o que sabemos será para vivê-lo em solidão e sem compartilhar; as inquietações alheias nos terão que preocupar, se o encontro não é puramente burocrático, como num guichê de informações; os problemas tratados, que não são certamente os problemas pessoais que agora nos afetam, ocuparão também um lugar entre nossas próprias preocupações; o fato de querer e aceitar a pessoa como ela é, requer um desprendimento doloroso, quando a sensibilidade desejaria outras relações diferentes... Por tudo isso, e sem ter em conta outros matizes, o confiar da intimidade, que não deixa nunca de ser um presente, constitui também um forte compromisso, com o qual muitos não se querem vincular. É muito melhor permanecer numa ignorância cômoda e tranqüila.

(5) Por isso, a autoridade, sobretudo no âmbito religioso, tem que sofrer as incompreensões e críticas dos que julgam certas decisões, sem saber os últimos e verdadeiros motivos que devem permanecer ignorados. Os que sabem assimilar estas interpretações superficiais — à primeira vista lógicas e um tanto coerentes — são os que, ordinariamente, não utilizam o "segredo de ofício" como uma tentativa de justificação. Quem acode muito a ele, é porque não tem outras razões válidas...

A valorização ética: princípio fundamental

A partir destes pressupostos é preciso que abordemos todos os problemas morais de que falava inicialmente e que se poderiam multiplicar. Aqui também nos encontramos com determinados conflitos entre valores diferentes. O direito à informação de outras pessoas; a necessidade ou urgência de certos conhecimentos que evitariam conseqüências negativas e injustas; a comunicação de dados íntimos que se julgam fundamentais para aceitar um compromisso, sobretudo se é definitivo e para sempre, etc., defrontam-se muitas vezes com o respeito devido à intimidade. É necessário optar entre aqueles ou este. Qual destes valores se deve escolher como o mais importante?

A solução depende, em grande parte, da preferência que se outorga a cada um deles. E isto ficará determinado principalmente pela perspectiva, sensibilidade e interesse desde onde cada um se aproxime para aquilatar o conflito. O direito do público à informação ou a defesa da segurança do cidadão farão com que o jornalista ou o policial se inclinem mais pela primazia destes valores do que pelo respeito à intimidade, que mantém como primário o magistrado ou o moralista. Por isso, para uma valoração ética mais objetiva, atrever-me-ia a dar os seguintes critérios de orientação.

O consentimento livre do indivíduo é absolutamente necessário para conhecer sua interioridade ou aprofundar nela. Apoderar-se desta por qualquer outro método constitui sempre um atentado contra a dignidade da pessoa. Se não mantemos este critério como básico, ficaria aberta a ameaça constante de uma violação, que humilha e fere tanto ou mais que a física. A psicologia tem ao menos as mesmas exigências que o corpo, ainda que para muitos hoje, por desgraça, seja menos grave despir psicologicamente uma pessoa que obrigá-la a desnudar-se corporalmente.

Não convém, entretanto, confundir a intimidade com o individualismo, como se a pessoa pudesse privatizar, como propriedade exclusiva, mesmo aquilo que os outros têm direito de saber e que o eu, portanto, teria a obrigação de dizer. O segredo pessoal se faz injusto e fere os outros, quando rechaça a comunicação devida à sociedade e perde sua beleza encantadora a partir do momento em que se oculta num silêncio auto-suficiente e individualista. O direito do outro faz com que a preservação da intimidade não seja sempre um valor absoluto.

Alguns casos concretos

Quando a pessoa não cumprisse com a obrigação de manifestar-se ou inclusive chegasse a cometer uma injustiça com seu silêncio, ainda assim semelhante atitude — evidentemente condenável e imoral — não jus-

tificaría nunca a utilização de um procedimento indigno. Se a imoralidade alheia eliminasse a ética pessoal, voltaríamos à lei da selva e do mais forte. Não quero entrar agora, contudo, na casuística de alguma situação-limite, quando com técnicas de interrogatório se conseguisse a concessão de algo que evitaria, por exemplo, a tragédia de muitas pessoas inocentes. Se, frente a quem ameaça a vida do outro para matá-lo, a legítima defesa permite sua morte, em caso de não existir outro remédio eficaz, não seria lícito também invadir seu interior, quando isto constituísse a única defesa possível⁶?

Outra situação diferente se daria na revelação do segredo conhecido, quando a pessoa, que livremente o revelou, não deseja comunicá-lo a mais ninguém e sua negativa pode prejudicar, então, a um terceiro. O caso típico mais freqüente diz respeito sobretudo ao segredo profissional. O médico, conhecedor da enfermidade grave ou hereditária de um paciente que não a quer comunicar a seu futuro cônjuge, estaria obrigado a manifestá-la? As opiniões sempre divergiram. Se alguns autores permitiam sua revelação, sem impô-la de uma forma obrigatória, outros preferem a salvaguarda do segredo, apesar da injustiça, porque manter o sigilo, em conjunto e a longo prazo, parece uma atitude mais benéfica e proveitosa, já que defende a confiança indispensável neste tipo de relação. Se o indivíduo soubesse que, uma vez comunicado seu interior, o outro poderia utilizá-lo contra a sua vontade, ter-se-ia negado por completo a este diálogo íntimo. A ruptura desta segurança confiada creio mais importante que outros possíveis males, a não ser que nos encontrássemos de novo com o caso limite anterior⁷.

A espionagem e as práticas dos detetives não seriam condenáveis desde o ponto de vista ético, se se respeitassem as fronteiras da intimidade pessoal e seu objetivo ficasse limitado às condutas e manifestações externas dos indivíduos. O difícil é manter essa distância respeitosa, quando a invasão desse terreno, que se tenta realizar por qualquer meio e a qualquer preço, possibilita provas mais objetivas e evidentes. Mas já

(6) Se não me atrevo a uma condenação absoluta, tampouco me deixa tranqüilo sua tolerância ética. Mesmo evitando sempre qualquer gênero de torturas, como método infame e vergonhoso, ficam algumas questões teóricas e condições práticas de difícil resposta e aplicação. O tema requeriria maior amplitude. De qualquer maneira, inclusive na hipótese de que se aceitasse sua liceidade, para circunstâncias bem determinadas, tal exceção não eliminaria o valor desse princípio geral.

(7) Sobre este ponto ver J. GAFO, *Nuevas perspectivas en la moral médica*, Ibérico Europea de Ediciones, Madrid 1978, 57-68. B. HÄRING, *Libertad y fidelidad en Cristo*, Herder, Barcelona 1982, 69-74, ainda que pessoalmente eu haveria de sublinhar mais a importância do segredo.

sabemos que a eficácia ou o êxito de uma investigação não justificam sempre a metodologia empregada.

Que uma pessoa tenha feito de sua intimidade pessoal uma simples mercadoria não justifica que perca seu direito, como às vezes se diz, para outras ocasiões posteriores. A prostituição — psicológica, neste caso —, não exige do respeito devido a sua pessoa, embora esta se venda por interesses econômicos. Se faz o que quer com o que é seu, ainda que seja mal, os outros não podem fazer o mesmo com o que de nenhuma maneira lhes pertence.

A vida privada externa merece também, por analogia, um respeito parecido, embora por seu caráter mais público não alcance uma inviolabilidade tão absoluta. Não há por que divulgar, sem motivo justificável, os aspectos relacionados com esta esfera mais oculta em que o homem se reclus, como num pequeno refúgio, para não ficar exposto continuamente à publicidade. Haverá dados, comentários e fatos que não ferem nem violam sua dignidade. Ao contrário, às vezes servem para um conhecimento humano mais entranhável da pessoa em questão, mas todos sabemos os interesses econômicos ou o desejo de prejudicar, que estão no fundo de tanto sensacionalismo. O mau e o negativo se utilizam para desprestigiar ou para outros fins rasteiros. Só quando o conhecimento dessa parcela íntima fosse necessário para que as pessoas pudessem julgar melhor um indivíduo público, evitar possíveis enganos ou ter mais dados para uma decisão, os comentários seriam aceitáveis, respeitando sempre a veracidade dos fatos. O direito à informação teria aqui uma importância superior à outra intimidade que, por ser mais externa e manifesta, não encerra um valor tão sagrado, nem viola o mistério profundo da pessoa.

Os casos poderiam multiplicar-se, mas o que ficou dito e as soluções apontadas oferecem já uma base para qualquer outra reflexão. O mais importante de tudo não se encontra, porém, na práxis, onde a complexidade tira às vezes, a evidência e impede as soluções unânimes, mas em revalorizar e defender este direito à intimidade pessoal, que determinará depois outras opções concretas. Com tal intenção me atrevo a deixar por escrito as reflexões anteriores.

(Tradução de João Inácio Wenzel S.J.)

Eduardo López Azpitarte S.J. é doutor em Teologia pelo Institut Catholique de Paris (França). É catedrático de Teologia Moral na Faculdade de Teologia de Granada (Espanha), professor convidado na Faculdade de Teologia do Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus, Belo Horizonte, MG. Entre suas obras contam-se: *Sexualidad y matrimonio, hoy*, Sal Terrae, Santander 1975 (1982, 5ª ed.); *Práxis cristã* (trad. bras.), 3 volumes, Paulinas, São Paulo 1984 (vol. I e II já publicados; vol. III em vias de publicação).

Endereço: Apartado 2002 — 18080 Granada — Espanha